



Número: **0801927-75.2019.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **01/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 16.200,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIVALDO JOSE DOS SANTOS (AUTOR)		HILDEBRANDO DINIZ ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) DIEGO MARTINS DINIZ (ADVOGADO) HILDEBRANDO DINIZ ARAUJO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22358 835	01/07/2019 16:46	Petição Inicial	Petição Inicial
22358 847	01/07/2019 16:46	01 - Petição inicial - DPVAT - EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS	Documento de Identificação
22358 848	01/07/2019 16:46	02- PROCURAÇÃO	Documento de Identificação
22359 399	01/07/2019 16:46	03- DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação
22359 400	01/07/2019 16:46	04- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação
22359 401	01/07/2019 16:46	05- DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Identificação
22359 402	01/07/2019 16:46	06- BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
22359 404	01/07/2019 16:46	07- DECLARAÇÃO DO HOSPITAL	Outros Documentos
22359 405	01/07/2019 16:46	08- FICHA HOSPITALAR	Outros Documentos
22359 407	01/07/2019 16:46	09- RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	Informações Prestadas
22360 543	01/07/2019 16:46	10- DOCUMENTO DO VEÍCULO	Outros Documentos
22359 410	01/07/2019 16:46	11- RG E CPF	Informações Prestadas
22359 412	01/07/2019 16:46	12- REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
22604 096	11/07/2019 08:36	Despacho	Despacho
24114 561	04/09/2019 11:11	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
24114 588	04/09/2019 11:14	Carta	Carta
24114 590	04/09/2019 11:14	Mandado	Mandado
24198 958	06/09/2019 11:37	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado

24201 958	06/09/2019 12:26	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
24814 455	27/09/2019 10:45	Contestação	Contestação
24814 458	27/09/2019 10:45	2644635_CONTESTACAO	Outros Documentos
24814 466	27/09/2019 10:45	2644635_PROC ADM	Outros Documentos
24814 468	27/09/2019 10:45	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
24895 502	01/10/2019 09:04	Certidão	Certidão
24895 503	01/10/2019 09:04	AR 0801927-75	Aviso de Recebimento
25464 506	21/10/2019 10:49	Certidão	Certidão
25464 509	21/10/2019 10:49	AR 0801927-75	Aviso de Recebimento
25472 228	21/10/2019 13:02	Certidão	Certidão
26061 379	11/11/2019 15:47	Sentença	Sentença
26965 983	11/12/2019 11:24	CERCEAMENTO DE DEFESA -AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA- JULGAMENTO ANTECIPADO	Apelação
26965 994	11/12/2019 11:24	EDIVALDO JOSE DOS SANTOS- APELAÇÃO - DPVAT - CERCEAMENTO DE DEFESA	Apelação
29657 978	03/04/2020 13:34	Despacho	Despacho

PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA __ VARA MISTA DE CATOLÉ DO
ROCHA-PB.

EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, representante de vendas, RG: 09.570.135 – SSP/BA e CPF: 977.925.945 - 72, residente e domiciliado na rua Quênia Ligia de Holanda Silva, Nº 446, bairro do Tancredo Neves, na cidade de Catolé do Rocha-PB, por seus advogados que ao final subscrevem, com procuração em anexo, estes com escritório na Rua Barão do Rio Branco, nº 763, Centro, Catolé do Rocha/PB, onde receberão as intimações dos atos processuais de praxe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com arrimo no novo CPC e art.º 3.º da Lei n.º 6.194/74, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado com CNPJ: 09.248.608/0001-04, matriz localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031.205, pelos fatos e fundamentos seguintes:

I. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Inicialmente, requer a V. Exª. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei n. 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
H2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





II. DA SÍNTESE DOS FATOS.

O Suplicante em data de 18 de julho de 2016, por volta das 18h e 15 mim, estava conduzindo uma Motocicleta (Honda CG, 125, TITAN, cor vermelha, Placa MNX 2707/PB, Chassi (9C2JC30101R178325), registrada em nome de **OZAE TORRES BRASIL**, na rodovia 323, próximo ao Complexo Cachoeira, Catolé do Rocha – PB, quando um animal (vaca) transpassou abruptamente na pista colidindo frontalmente no Requerente, **conforme faz prova Boletim de Ocorrência anexo**.

O postulante muito machucado foi socorrido por transeuntes para o Hospital Regional de Catolé do Rocha, onde houve a constatação pelo médico plantonista da presença de corte – contuso no MID (Membro Inferior Direito - joelho) e MSE (Membro Superior Esquerdo - mão), além de várias outras escoriações pelo corpo, (Documentos anexos).

Em razão da impossibilidade de recuperação total e da gravidade do acidente, o Autor ficou inválido permanentemente, estando impedido de fazer as mais simples tarefas diárias de um ser humano.

Diante do fato, não havendo outra alternativa, o Suplicante vem ingressar com o presente pedido judicial de pagamento do seguro DPVAT, na tentativa de ver e ter seu direito legal garantido, por ser da mais pura e lúdima justiça.

Eis um breve resumo dos fatos.

III. DA LEGITIMIDADE PASSIVA.

O ordenamento jurídico, através da Lei 6.194/74, conferiu a legitimidade necessária para que a, ora promovida, integrante do sistema protetivo, ou seja, do grupo formando pelo CONSÓRCIO DE SEGURADORAS que operam no sistema DPVAT, instituído pela Lei *supra*, figurasse no pólo passivo da relação processual. Vejamos o entendimento do STJ sobre a matéria:

"A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei nº 8.441/92" (STJ, REsp nº 602165/RJ, quarta Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 18.03.2004).

Sendo assim, mostra-se inquestionável a legitimidade passiva *ad causam* da Demandada.

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
H2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





IV. DO VALOR DA INDENIZAÇÃO.

À luz da legislação vigente é direito da Promovente a percepção da quantia R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Vejamos o que dispõe a nova redação do art. 3º, I, da Lei 6.194/74:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total** ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - **no caso de invalidez permanente** (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

(Destaques inexistentes no original)

V. DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO DUT OU QUALQUER PROVA DA QUITAÇÃO DO PRÊMIO.

Vejamos o dispositivo da Lei 6.194/74, aplicado à espécie:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei 8.441/92).

Com uma singela observação à dicção do Art. 7º da Lei 6.194/74, bem como ao teor da **Súmula 257 do STJ**, que, a seguir transcrevemos, constata-se que se prescinde de prova do pagamento do prêmio, para o recebimento do Seguro de Acidentes Pessoais – DPVAT:

“Falta do Pagamento do Prêmio do Seguro Obrigatório - Recusa do Pagamento da Indenização. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos

CATOLÉ DO ROCHA/PB:

Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro

H2advocaciadiniz@gmail.com

(83) 3441-1936





Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Douto Julgador, considerando o disposto na legislação pertinente à matéria, a Seguradora Promovida, integrante do conglomerado de seguradoras filiada à FENASEG – Federação Nacional de Seguros Privados, portanto, **solidária quanto à responsabilidade pelo pagamento do referido**, não pode permanecer inerte e descumprir a lei pátria, negando o pagamento à requerente do que é de direito, no caso em tela, o pagamento do seguro DPVAT, claramente disciplinado na lei supra mencionada, no valor legal.

VI. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, requer a V. Exa. que seja deferido:

- a) Os benefícios da **Justiça Gratuita**, com arrimo na Lei nº 1.060/50, e no art. 5º, XXXIV, “a”, e LXXIV, da Carta Magna, em virtude do autor não poder arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo no seu próprio sustento e de sua família;
- b) Que seja feita a citação da promovida, através de **AR (Carta com Aviso de Recebimento)**, nos termos do art. 246, I, do CPC, no endereço constante nesta inicial, para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, observando a dicção do Art. 335 do CPC a ser designada para, se querendo, oferecer contestação, sob pena de revelia;
- c) O julgamento procedente dos vertentes pedidos, condenando a Promovida ao pagamento do Seguro DPVAT referente a invalidez permanente do Promovente, **no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, devidamente corrigidos, a partir da citação, bem como nos honorários advocatícios e custas processuais, nos termos da legislação vigente;
- d) Reembolso de despesas médico-hospitalares, **no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** devido à parte Requerente;
- e) Que condene a empresa promovida, no pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios de **sucumbência no percentual equivalente a 20% sobre a condenação**, conforme preleciona o art. 84 do novo Código de Processo Civil.

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
H2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





Provará o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, atinentes à espécie, quais sejam: **provas periciais**, oitiva de testemunhas e, prova documental que já instrui a presente ação, futuramente, se necessário, pela juntada de outros documentos e todos os meios que se fizerem necessários para o esclarecimento da presente lide, meios esses, que de logo, ficam expressamente requeridos.

VII. DO VALOR DA CAUSA.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Pede deferimento.

Catolé do Rocha, 01 de Julho de 2019.

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO
OAB-PB n.º. 4.593

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO JÚNIOR
OAB-PB n.º. 17.617

DIÊGO MARTINS DINIZ
OAB – PB nº 19.185

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
H2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





PROCURAÇÃO AD - JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, , Casado, Representante de Vendas RG: 09570135 e CPF: 977.925.945-72, residente e domiciliado na Rua Quenia Ligia de Holanda Silva, nº 446, Trancredo Neves, município de Catolé do Rocha -PB, CEP: 58884.000.

OUTORGADOS: BEL. HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PB nº 4.593, o BEL. HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO JÚNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB-PB nº 17.617, e o BEL. DIÊGO MARTINS DINIZ, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB nº 19.185, com endereços profissionais no município de Catolé do Rocha-PB (Rua Barão do Rio Branco, nº 763, bairro Centro, CEP: 58.884-000) e no município de São Bento-PB (Av. Pedro Eulâmpio da Silva, nº 1155 – Cícero Dias II, CEP: 58.865-000).

PODERES: para, usando dos poderes da cláusula “Ad-judicia et extra”, ora conferidos para o foro em geral, bem como para representar o outorgante em qualquer instância judicial, extrajudicial ou administrativa, podendo, para tanto, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito, retificar, ratificar, receber coisas, receber e dar quitação, receber alvará de valores, documentos, firmar compromissos, apresentar defesas ou reclamações, interpor e acompanhar recursos, em todos os seus atos e instâncias, podendo agirem juntos ou separadamente, inclusive, substabelecer com ou sem reservas de iguais poderes, de tudo dando à outorgante por firme, bom e valioso.

Católé do Rocha -PB, 09 de Novembro 2016.

x Edivaldo José dos Santos
EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Scanned with CamScanner



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS** brasileiro, Casado, Representante de Vendas, RG: 09570135 e CPF: 977.925.945-72, **DECLARO** para todos os fins de direito e nos termos da Lei 7.115/83, que resido na Rua Quenia Ligia de Holanda Silva, nº 446, bairro Trancredo Neves, município de Catolé do Rocha-PB, CEP: 58884-000.

Ainda em cumprimento aos arts. 2º e 3º da Lei 7.115/83, **DECLARO** que estou ciente das possíveis sanções civis, administrativas e criminais prevista na legislação aplicável, em caso de comprovação de falsidade da presente declaração.

E, por ser a expressão da verdade, firmo e assino.

Católé do Rocha- PB, 09 de Novembro de 2016.

x Edivaldo José dos Santos
EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Scanned with CamScanner





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

68010869

REFERÊNCIA

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

MAI/2016

JOSEFA R DA SILVA
RUA KENIA LIGIA DE HOLANDA SILVA S/N
TANCREDO NEVES 58884-000
CATOLE DO ROCHA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
109.06.225.0020	0	1	0	0	0	68010869
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A03X037796	07/11/2003	5	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1006	1006	0	30	05/06/2016
MIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
NOV/2015	5	42	NÚMERO DE AMOSTRAS	
DEZ/2015	5	42	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
JAN/2016	5	42	CLORO	45 44 44
FEB/2016	5	42	COLIFORMES	45 45 45
MAR/2016	5	42	COR	10 44 44
ABR/2016	5	42	COLIFORMES	0 0 0
MEDIA(M)	5		DADOS REFERENTES A:FEV/2016	

DATA DA LEITURA: 05/05/2016	HORA DA LEITURA: 14:10:28
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m³	10 32,78 R\$32,78
047- JUROS DE HORA	R\$0,64
050-ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT.	R\$1,3

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$3,03 PIS E COFINS: Lei 12.741/12

Total a Pagar:
R\$34,72

VENCIMENTO:
21/05/2016

v. 10,2 R. 1,0

CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MÉDIA
TIPO DE TARIFA: NORMAL
POSICÃO DE DEB. ANTERIOR(ES)
EXISTE(M) CONTAS ANTER. EM DÉBITO:
INFORMAÇÕES GERAIS:

Em conformidade com art. 3 da Lei 12.007/2009, informamos que não há pendência ou fatura vencida para esta matrícula.
Esta declaração substitui a comprovação das faturas pagas com vencimento até 31/12/2015.

Scanned with CamScanner

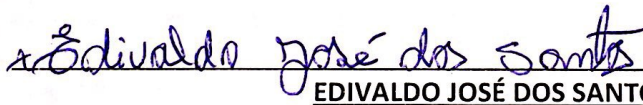


DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, Casado, Representante de Venda, RG: 09570135 e CPF: 977.925.945-72, residente e domiciliado na Rua Quenia Ligia de Holanda, nº 446, bairro Trancredo Neves, município de Catolé do Rocha-PB, CEP: 58884-000, **DECLARA** para os devidos fins de direito que sua **situação econômica não permite** arcar com as despesas processuais, sejam estas em sede de 1º ou 2º grau, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Assim, requer a concessão dos auspícios da Justiça Gratuita na forma da Lei 1.060 de 05/02/1950, garantida na Constituição Federal vigente, por ser da mais pura e lúdima JUSTIÇA.

Católé do Rocha- PB, 09 de Novembro de 2016.


EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Scanned with CamScanner





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 890/2016

Natureza da ocorrência: ACIDENTE DE TRÂNSITO
Data do fato: 18/07/2016 hora: 18H15MIN

Notificante: ***, alcunha "****", Nacionalidade: ***, naturalidade: ***, nascido em ***/***/****, documento: ***, filho de *** e de ***, endereço: ***** ***, referência: ***

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: **Excelentíssimo(a) Senhor(a) Elcenho Engel Leite de Souza**

Vítima: **EDIVALDO JOSE DOS SANTOS**, alcunha "****", Nacionalidade: brasileiro, naturalidade: Paripiranga/BA, idade: 39 anos, nascido em 05/11/1976, cor/raça: *****, Estado Civil: Casado, Profissão: representante de vendas, Escolaridade: *****, documento: RG 09570135 40 SSP/BA, filiação: Arlindo Jose dos Santos e de Maria das Virgens Santos, endereço: Rua Quênia Lígia de Holanda Silva, nº446, Tancredxredo NEVES, Catolé do Rocha/PB;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE na data e hora supracitadas a vítima estava conduzindo a motocicleta Honda CG 125 TITAN, cor vermelha, Placa MNX 2707/PB, CHASSI 9C2JC30101R178325, registrado em nome de OZAEI TORRES BRASIL, PB 323, próximo a Cachoeira, Catolé do Rocha/PB quando um animal (vaca) atravessou na frente da moto, tendo a vítima batido na mesma e caído no asfalto; QUE a vítima foi socorrido por terceiros que o encaminharam para o Hospital Regional de Catolé do Rocha onde foi observado corte contuso no membro inferior direito e membro superior esquerdo realizando sutura. Nada mais a consignar.

Católé do Rocha, 15 de AGOSTO de 2016. Às 15:34 horas.

7 Edivaldo Jose dos Santos

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro

ROBSON LIMA SILVA - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

Matrícula: 168.447-7


POLEGAR DIREITO



Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, RG 0957013540 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua: Quênia Ligia de Holanda Silva- Catolé do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar, por Dr. Ozaêiner Alves dos Santos – CRM/7682, no dia 18 de Julho de 2016. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.


Diretora Geral
Mat. 180924-5

Giulda Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Católé do Rocha – PB, 22 de Julho de 2016.





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE VASCONCELOS
HOSPITAL REG. DR. AMÉRICO MATA DE VASCONCELOS
CATEL DO ROCHA - PB



GOVERNO DA PARAÍBA
viva o trabalho.

Entidade Prestadora de Atendimento

Código da Unidade: 2582460 | CNPJ: _____

Nome: HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MATA DE VASCONCELOS

Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 349 | Bairro: BATALHÃO

Município: CATEL DO ROCHA | Estado: PARAÍBA | UF: PB

Nome: Edivaldo José dos Santos | Paciente: OK

Nome Social: _____ | Sexo: M | Idade: 39

Profissão: Agente de higiene e limpeza | Documento: 99011760 | RG: 1951013510

Endereço: Rua do Rio do Peixe | Bairro: Santa Luz

Município: Catel do Rocha | Estado: Paraíba

Código IBGE Município: 5504205 | CNIS: 88803323337419

Data de Nascimento: 05.11.1976 | Data do Atendimento: _____

Raça / Cor: _____ | Anamnese e exame físico (sumário): _____

() 1 - Branca | () 2 - Preta | () 3 - Parda | () 4 - Amarela | () 5 - Indígena | () 99 - Sem Informação

Exames realizados na unidade (tipos): _____

Resultados: _____

Caráter do Atendimento: _____

Natureza da Consulta: _____

() Consulta simples

() Consulta com medicamento

() Consulta com observação

() Consulta Ortopédica

() Procedimento de Urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

() Outros tipos de atendimento de urgência

Medicamentos e outros recursos

1. milon 20 - 03 unid.

2. hidralazina 1 amp.

3. _____

4. 1 - 10ml 100mg (SM)

5. 1 - 10ml 100mg (SM)

6. 1 - 10ml 100mg (SM)

7. _____

8. Obus de 12 horas

9. _____

10. Sutura MID (pele) HSE, (muc)

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

31. _____

32. _____

33. _____



RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome:

Leito:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
18-07-16	18:30	PC EGB, consciente, orientado, comunicativo (normocrado), vítima de acidente de trânsito (colisão com animal), apresentando corte-contusão no MIO e M.S.E. realização sutura fasciática, no tornozelo RT; segue em observação.	Dr. Carlos Aquino Silva 909090162 - ENF
19/07/16	06:00	pac. evolui, estável, com sinais vitais, afébril, eufórico, sem alterações post-urais, segue em obs. pós-operatória.	Dr. Carlos Aquino Silva 909090162 - ENF
	13:00	pac. recebe alta hospitalar.	

SINAIS VITAIS

DATA	HORA	TEMP.	PULSO	RESP.	T.A.	ASSINATURA
18-07-16	06:00				130 x 40	

Scanned with CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 012298100111
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA - COSEB - DETRAN - 2015390000104662000
1 007636970344 00/00000000 2015

OZABEL TORRES BRASIL

62217984420 MNX2707/PB

NOVO PB 9C2JC3010R178325

PAS/MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL GASOLINA

HONDA/CC 125 TITAN XS
CAP/PT/CL 2 P/124 /CL PARTIC CATEGORIA 2500
VERMELHA

COPIA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA
IPVA PAGO EM 28/12/2015
FAVALPVA PARCELAMENTO/ COTAS
A ***** 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 100 (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 28/12/2015

REST. BEN. TRIBUTÁRIO

CATOLE DO ROCHA-PB DATA 30/12/2015
9440 16748

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS A PESSOAS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, QUE POR SUA CARACTERÍSTICA
TRANSPORTA O SOFISTADO SEGURO DPVAT

PB Nº 012298100111 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatseguro.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2015 DATA EMISSÃO 30/12/2015

VIA 1 62217984420 PLACA MNX2707/PB

BRASIL MARCA/MODELO HONDA/CC 125 TITAN XS
2500 Nº CHASSI 9C2JC3010R178325

PRÊMIO TARIFÁRIO
FNS (R\$) *****
DESEMPENHO (R\$) *****
CUSTO DO SEGURO (R\$) *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) *****
***** P A G O

DATA DE OUTRUGA 28/12/2015

SEGURO
SEGURO LÍDER - DPVAT
CHPJ 09.248.603000-04
www.seguradpva.com.br

16748-1155243-20151230



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C-234

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

ARLINDO JOSE DOS SANTOS

MARIA DAS VIRGENS SANTOS

PARIPIRANGA BA

CER-NAS CM PARIPIRANGA BA

DSI-SEDE

L-A059-124

R-004394

05/11/976

12/03/97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C-234

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

ARLINDO JOSE DOS SANTOS

MARIA DAS VIRGENS SANTOS

PARIPIRANGA BA

CER-NAS CM PARIPIRANGA BA

DSI-SEDE

L-A059-124

R-004394

05/11/976

12/03/97

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C-234

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

ARLINDO JOSE DOS SANTOS

MARIA DAS VIRGENS SANTOS

PARIPIRANGA BA

CER-NAS CM PARIPIRANGA BA

DSI-SEDE

L-A059-124

R-004394

05/11/976

12/03/97

MINISTÉRIO DA FATEMIA

Secretaria de Registro Público

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

077926945-72

19/7/11/78

077926945-72



Rio de Janeiro, 18 de Abril de 2017

Carta nº 10849235

a/c: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Sinistro: 3160620130 ASL-1107428/16
Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS
Data Acidente: 18/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: RAIANA DANTAS SOARES

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.seguradoralider.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Pág. 00211/00212 - carta_16





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801927-75.2019.8.15.0141

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.
 2. Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, é sabido que as seguradoras não transacionam sem o laudo pericial.
 3. Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.
 4. Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação.
- CATOLÉ DO ROCHA, 10 de julho de 2019.

Juiz(a) de Direito



CERTIDÃO – ATO ORDINATÓRIO

CERTIFICO HAVER DESIGNADO, DE ORDEM DA MM. JUÍZA DESTA 2ª VARA, O DIA **11/10/2019**, A PARTIR DAS 13 H00MIN, PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA COM O DR. EDUARDO CHAGAS CARVALHO, CRM/PB: 5638.

Ficam as partes intimadas para, querendo, indicarem seus quesitos e seu(s) assistente(s) técnico(s) para acompanhar o exame pericial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Advirta-se o autor para comparecer ao consultório do perito levando consigo todos os exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a incapacidade na inicial.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha
Comarca de CATOLÉ DO ROCHA

Processo nº 0801927-75.2019.8.15.0141

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha
Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58884-000

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0801927-75.2019.8.15.0141

AUTOR: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à PERÍCIA MÉDICA designada para o dia **11/10/2019**, às **13h00min**, ficando intimado, ainda, para, querendo, indicar seus quesitos e seu(s) assistente(s) técnico(s) para acompanhar o exame pericial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CATOLÉ DO ROCHA, 4 de setembro de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19090411142920700000023355307> INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1907011645392850000002170
01 - Petição inicial - DPVAT - EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS	Documento de Identificação	1907011645415680000002170
02- PROCURAÇÃO	Documento de Identificação	1907011645427070000002170
03- DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação	1907011645468240000002170
04- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação	1907011645492180000002170
05- DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Identificação	1907011645522360000002170
06- BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	1907011645545480000002170



07- DECLARAÇÃO DO HOSPITAL	Outros Documentos	1907011645564210000002170
08- FICHA HOSPITALAR	Outros Documentos	1907011645580840000002170
09- RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	Informações Prestadas	1907011645595610000002170
10- DOCUMENTO DO VEICULO	Outros Documentos	1907011646031690000002170
11- RG E CPF	Informações Prestadas	1907011646060550000002170
12- REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Outros Documentos	1907011646089600000002170
Carta	Carta	1908280836460970000002314
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	1909041111091350000002335





2ª Vara Mista de Catolé do Rocha
Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58884-000

Nº do processo: 0801927-75.2019.8.15.0141
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO INTIMAÇÃO AUTOR (PERÍCIA)

OBS: A INTIMAÇÃO DEVERÁ SER PESSOAL, NÃO ATRAVÉS DO ADVOGADO.

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte autora:

Nome: **EDIVALDO JOSE DOS SANTOS**

Endereço: RUA QUENIA LIGIA DE HOLANDA SILVA, 446, TANCREDO NEVES, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58884-000

, para comparecer a PERÍCIA MÉDICA designada para o dia **11/10/2019**, a partir das 13h00min.

Advirta-se o autor para comparecer ao consultório do perito levando consigo todos os exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a incapacidade na inicial.

CATOLÉ DO ROCHA, em 4 de setembro de 2019.

De ordem, OSNI TORRES DE ARAUJO SEGUNDO



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao presente mandado, deixei de intimar o autor Edivaldo José dos Santos, em virtude do mesmo não residir mais no endereço mencionado e conforme informação da sua ex-sogra Josefa Rosendo da Silva, não soube informar o seu atual endereço. O referido é verdade e dou fé.

Catolé do Rocha – PB, 06 de setembro de 2019.

Matildes Edilamar Sá Torres
Oficiala de Justiça.



CERTIDÃO – ATO ORDINATÓRIO

CERTIFICO QUE EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DO MÉDICO PERITO REALIZAR A PERÍCIA ANTERIORMENTE MARCADA PARA O DIA 11/10/2018, **REDESIGNEI**, DE ORDEM DA MM. JUÍZA DESTA 2ª VARA, PARA O DIA **18/10/2019**, A PARTIR DAS 13H00MIN, PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA COM O DR. EDUARDO CHAGAS CARVALHO, CRM/PB: 5638.

Ficam as partes intimadas para, querendo, indicarem seus quesitos e seu(s) assistente(s) técnico(s) para acompanhar o exame pericial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Advirta-se o autor para comparecer ao consultório do perito levando consigo todos os exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a incapacidade na inicial.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo: 08019277520198150141

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDIVALDO JOSE DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/07/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **15/08/2016**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS

Imperioso ressaltar que restou-se INEXISTENTE a comprovação das despesas médicas supostamente realizadas decorrente o sinistro noticiado, visto que inexistem notas fiscais de medicamentos, não havendo como afirmar que houve qualquer desembolso a ser reembolsado.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas NÃO COMPROVADAS.**

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"

É notório que a INEXISTÊNCIA de documentos acostados aos autos pelo autor não viabiliza a análise de eventuais gastos alegados pelo mesmo.

O autor se limita a requerer genericamente reembolso por despesas médicas e suplementares, sem juntar um documento sequer comprovando os supostos gastos, evidenciando carência probatória e descabimento de qualquer pagamento, merecendo ser julgada IMPROCEDENTE a demanda.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCP.

DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS

Cumprido esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam "devidamente comprovadas" pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS **até** R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *"A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito"* conclui-se que a expressão "até" delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um "limite de cobertura" inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

DO PEDIDO ADMINISTRATIVO

Inicialmente, cabe ressaltar que não pode o autor pretender receber a integralidade da indenização decorrente do Seguro DPVAT se não comprovar estar total e permanentemente inválido, bem como a existência de nexo de causalidade entre a invalidez e o sinistro noticiado.

O autor na via administrativa acionou o convenio DPVAT visando o recebimento da verba indenizatória, ocorre que a parte foi submetida a perícia, porém, de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Ocorre que após a regulação administrativa o pedido foi negado em razão da ausência da alegada invalidez permanente, pois os danos apurados não se tratavam de invalidez, como pode ser verificado pela simples análise do laudo administrativo que ora colacionamos.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetida à avaliação médica administrativa.

Cumprе ressaltar que **DEBILIDADES** não se equiparam a **INVALIDEZ PERMANENTE**, ademais, com todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

Assim, caso se comprovem as alegações autorais, o que se admite apenas para argumentar, inicialmente, cabe ressaltar que não pode a parte autora pretender receber a integralidade da indenização decorrente do Seguro



DPVAT se não comprovar estar total e permanentemente inválida, bem como a existência de nexo de causalidade entre a invalidez e o sinistro noticiado.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda².

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

²“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - **Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.**” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)



DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral³.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁴.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁵.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁶

³ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁴ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁵ “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

⁶ art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CATOLE DO ROCHA, 26 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDIVALDO JOSE DOS SANTOS**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **CATOLE DO ROCHA**, nos autos do Processo nº 08019277520198150141.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/09/2019 10:45:19
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092710451930400000024014519>
Número do documento: 19092710451930400000024014519

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

DOCUMENTO 1 "T194"



Nº DO SINISTRO _____

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Edivaldo José dos Santos
PORTADOR(A) DO RG Nº 095.101.35 EXPEDIDO POR SSP/PB EM 12/03/91 E
CPF 977929995-42 / CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO Desempregado
E RENDA MENSAL DE R\$ 0,00 (**) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA a Omeima, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou salário ou funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 0* 3 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

Marcos Aurelio Vidal
11 OUT. 2016
CORRETAGEM DE SEGUROS
FIREL - ME
da RECEITA FEDERAL

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3518 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 3190-5

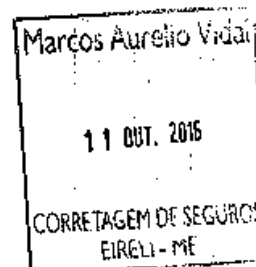
DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE, UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

14 de agosto de 2016 Edivaldo José dos Santos
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

1 ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 890/2016

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Data do fato: **18/07/2016 hora: 18H15MIN**

Notificante: *******, alcunha ********, Nacionalidade: *******, naturalidade: *******, nascido em *****/**/******, documento: *******, filho de ******* e de *******, endereço: *********, referência: *******

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: **Excelentíssimo(a) Senhor(a) Elcenho Engel Leite de Souza**

Vítima: **EDIVALDO JOSE DOS SANTOS**, alcunha ********, Nacionalidade: brasileiro, naturalidade: Paripiranga/BA, idade: 39 anos, nascido em 05/11/1976, cor/raça: *********, Estado Civil: Casado, Profissão: representante de vendas, Escolaridade: *********, documento: RG 09570135 40 SSP/BA, filiação: Arlindo Jose dos Santos e de Maria das Virgens Santos, endereço: Rua Quênia Lígia de Holanda Silva, nº446, Tancredos NEves, Catolé do Rocha/PB;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE**: QUE na data e hora supracitadas a vítima estava conduzindo a motocicleta Honda CG 125 TITAN, cor vermelha, Placa MNX 2707/PB, CHASSI 9C2JC30101R178325, registrado em nome de OZAEI TORRES BRASIL, PB 323, próximo a Cachoeira, Catolé do Rocha/PB quando um animal (vaca) atravessou na frente da moto, tendo a vítima batido na mesma e caído no asfalto; QUE a vítima foi socorrido por terceiros que o encaminharam para o Hospital Regional de Catolé do Rocha onde foi observado corte contuso no membro inferior direito e membro superior esquerdo realizando sutura. Nada mais a consignar.

Catolé do Rocha, 15 de AGOSTO de 2016. Às 15:34 horas.

Edivaldo Jose dos Santos
☒ Notificante ☐ Testemunha Arrogada
Robson Lima Silva
Assinatura do Policial responsável pelo registro
ROBSON LIMA SILVA - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
Matrícula: 168.447-7

POLÍCIA CIVIL

DOCUMENTO 1 *T196*



Marcos Aurelio Vidal

11 OUT. 2016

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Edivaldo José dos Santos, portador da carteira de identidade nº 095 701 35 e inscrito no CPF/MF sob o nº 977.925.945-72, residente e domiciliado na Rua Venia Braga de Holanda Silva, Cidade Lotus do Rocha, Estado Paraná, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

DOCUMENTO 3 "T3%"

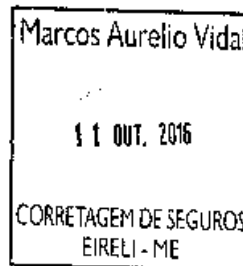


x Edivaldo José dos Santos

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Lotus do Rocha PO - 17-08-2016

Local e data



Comprovação de ato declaratório



ato Declaratório

 GOVERNO DA PARAÍBA <i>viva o trabalho</i>	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, RG 0957013540 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua: Quênia Ligia de Holanda Silva- Catolé do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar, por Dr. Ozaêiner Alves dos Santos – CRM/7682, no dia 18 de Julho de 2016. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

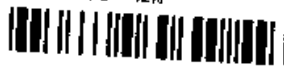
Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral
Mat. 189924-5

Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral


Marcos Aurelio Vidal
11 JUL. 2016
CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

Catolé do Rocha – PB, 22 de Julho de 2016.





ato Declaratório

 GOVERNO DA PARAÍBA <i>viva o trabalho</i>	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	 HOSPITAL REGIONAL DE CATOLÉ DO ROCHA <small>DE AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS</small>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS, RG 0957013540 SSP/BA**, residente e domiciliado na Rua: Quênia Ligia de Holanda Silva- Catolé do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar, por Dr. Ozaêiner Alves dos Santos – CRM/7682, no dia 18 de Julho de 2016. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giulda Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
 Diretora Geral
 Matr. 180924-5

Giulda Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
 Diretora Geral

Marcos Aurelio Vidal 11 OUT. 2016 CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

Catolé do Rocha – PB, 22 de Julho de 2016.



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Edvaldo José dos Santos, portador da carteira de identidade nº 095.701.35 e inscrito no CPF/MF sob o nº 917.925.945-72 residente e domiciliado na Rua Venia, Ligeira de Inocência Silva Cidade Lotus do Rocha, Estado Paraná, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Declaração de Inexistência de IML

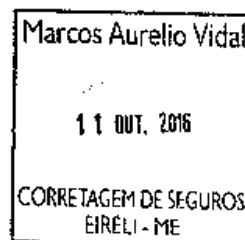


Edvaldo José dos Santos

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Lotus do Rocha PO - 17-08-2016

Local e data



ENERGISA
 ENERGIAS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO S.A. - INSTRUÇÃO DE ENERGIA S.A.
 Rua Marquês de São Carlos, 100 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01303-900
 Telefone: (11) 345-1200 - Fax: (11) 345-1200
 E-mail: atendimento@energisa.com.br

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800-083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a: **Unidade Consumidora: 5/540815-2**

Jun / 2016 Canal de contato

Apresentação

29/06/2016

Data prevista da próxima leitura

29/07/2016

CPF/CNPJ/RANI: 01661730434-0
 Anterior: 31/05/16 8392 70/08/16 8392
 O dia: 31/05/16 O mês: 05/16 O ano: 2016

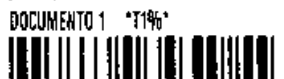


Histórico de Consumo (kWh)

Mai/16: 1
 Abr/16: 1
 Mar/16: 0
 Fev/16: 0
 Jan/16: 0
 Dez/15: 0
 Nov/15: 0
 Out/15: 0
 Set/15: 0
 Ago/15: 0
 Jul/15: 0
 Jun/15: 0

Média dos últimos meses: 4 kWh

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Custo de Disponibilização			2,24
ICMS			2,83
PIS			0,19
COFINS			0,84
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
INDENIZ. VIOLAÇÃO PRAZO SOLUÇÃO RECLAM.			1,00



	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	18,63	18,00	3,35
PIS	18,63	1,1000	0,21
COFINS	18,63	6,1010	1,14

VENCIMENTO: 06/07/2016 TOTAL A PAGAR: R\$ 15,44

ade2.5fde.9b12.0712.bcf5.aeb9.035c.a5d0.

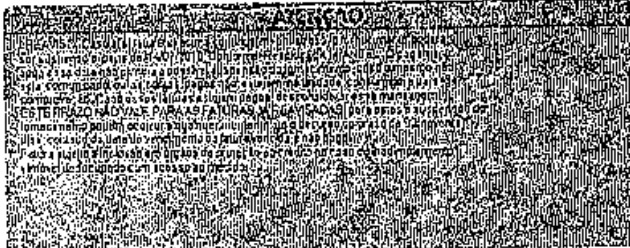
Indicadores de Qualidade

Índices	Limite da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DESEMPENHO	8,50	9,03	NOMINAL
DESEMPENHO	12,04		210
DESEMPENHO	20,00		
DESEMPENHO	1,50	2,00	CONTEÚDO
DESEMPENHO	8,50		210
DESEMPENHO	15,00		
DESEMPENHO	3,00	1,43	LIMITE SUPERIOR
DESEMPENHO	12,22		210

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Distribuição	4,84	31,35
Compras de Energia	8,91	57,77
Serviço de Transmissão	0,26	1,68
Estágio Salário	1,47	9,52
Impostos, Contribuições e Encargos	3,99	25,74
Outros Serviços	0,90	5,83
Total	15,44	100,00

Valor de FVSD (R\$) 4/2016: R\$ 14,08

Marcos Aurelio Vidal
 11 OUT, 2016
 CORRETAGEM DE SEGUROS
 EIRELI - ME



VENCIMENTO: 06/07/2016 TOTAL A PAGAR: R\$ 15,44

8367000000-0 15440054000-8 05408152016-8 06302450019-9



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Raíssa Dantas Soares

RG nº 003.135.755, data de expedição 27/08/2009, Órgão SSP/RN,

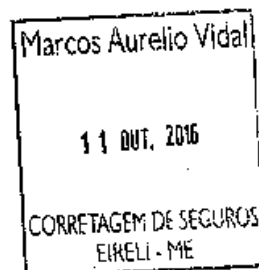
CPF nº 101.818.111-00, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Mal Deodora da Fonseca</u>
Número	<u>58</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Centru</u>
Cidade	<u>Catolé do Rocha</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58884000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9669.8999, 9406.8691, 9936.1768</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Catolé do Rocha PB - 17.08.2016

Assinatura do Declarante: Raíssa Dantas Soares





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Edivaldo José dos Santos

RG nº 09570335, data de expedição 12/03/92, Órgão SSP/PB

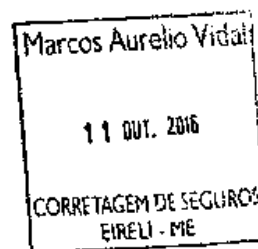
CPF nº 977.925.945-72 venho perante a este instrumento declarar que não possui comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Rônia Bigari de Sobrinha Silva</u>
Número	<u>5N</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Tancredo Neves</u>
Cidade	<u>Itaó de Rocha</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58884000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9669.6999 / 9406.8081 / 936.1760</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Itaó de Rocha - PB - 17-08-2016


Assinatura do Declarante: Edivaldo José dos Santos



Marcos Aurelio Vidal

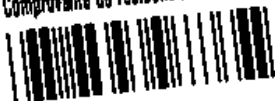
11 OUT. 2016

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

 CAGEPA COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARANÁ Rua Feliciano Gomes, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.054/0001-87		PARA CONTATO COM A CAGEPA INFORME ESTE NÚMERO	
		CNPJ 09867 REFERENCIA MAI/2016	
CONTA DE CONSUMO DE AGUA / ESGOTO E SERVIÇOS			
JOSEFA R DA SILVA RUA KENIA LIGIA DE HOLANDA SILVA S/N TANCREDO NEVES 58884-000 CATOLE DO ROCHA			
Inscrição	SMI	Quantidade de Economias	Responsável
109.06.225.0020	0	1 0 0 0	GRUPO 069
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água/Situação Esgoto
AV1X012296	07/03/2003	DESAFIO	PREVENCIA
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (m³) NUM. DE DIAS PROXIMA LEITURA 1006 1006 0 30 05/06/2016 HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA AGUA-DECRETO 2.914/2011-MS NOV/2015 5 42 NÚMERO DE AMOSTRAS DEZ/2015 5 42 PARÂMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES JAN/2016 5 42 CLORO 45 44 44 FEV/2016 5 42 COLIFORMES 45 45 45 MAR/2016 5 42 COR 10 44 44 ABR/2016 5 42 COLIFORMES 0 0 0 MEDIA(M) 5 DADOS REFERENTES A: FEV/2016			
DATA DA LEITURA: 05/05/2016 HORA DA LEITURA: 14:10:28 DESCRIÇÃO CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$) RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m 10 32,78 R\$32,78 047-JUROS DE MORA R\$0,64 054-ACRESCIMO(S) DESCES) ANT. R\$1,3			
VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS R\$3,03 PIS E COFINS LEI 12.742/12 VENCIMENTO: 21/05/2016 Total a Pagar: R\$34,72			
v. 26.2 R. 1.0 CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MÉDIA TIPO DE TARIFA: NORMAL POSIÇÃO DE DEP. ANTERIOR(ES) EXISTE(U) CONTA(S) ANTER. EM DÉBITO. INFORMAÇÕES GERAIS: Em conformidade com art. 3º da lei 12.007/2009, informamos que não há pendência ou futura vencida para esta matrícula. Esta declaração substitui a comprovação das faturas pagas com vencimento até 31/12/2015.			



Comprovante de residência



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Raissa Dantas Soares

RG nº 003.135.755, data de expedição 27/08/2009, Órgão SSP/RN,

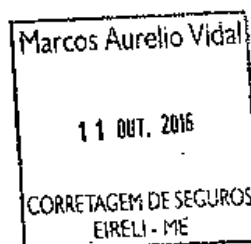
CPF nº 101.818.114-00, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Irmã Dolora da Fonseca</u>
Número	<u>58</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Centro</u>
Cidade	<u>Catolândia do Rocha</u>
Estado	<u>Pernambuco</u>
CEP	<u>58884000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 3669.6777, 9406.8091, 9936.1462</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Catolândia do Rocha, PB, 17-08-2016

Assinatura do Declarante: Raissa Dantas Soares



**DECLARAÇÃO****Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Raiana Dantas Soares, portador(a) do

RG nº 003.135.755, expedido por SSP/RN, em

27/10/2009, CPF/CNPJ nº 01.618.194-00,

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) Edvaldo

João dos Santos do sinistro de DPVAT da natureza Inteligência

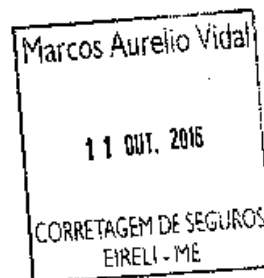
da vítima Edvaldo João dos Santos, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Revisor Renda Mensal: R\$ Revisor

Documentos comprobatórios: Não possui

Raiana Dantas Soares
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO





DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho do Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Raiana Dantas Sousa, portador(a) do

RG nº 003.135.755, expedido por SSP/RN, em

27/10/2009, CPF/CNPJ nº 001.848.194-00

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário (a) Edvaldo

João dos Santos do sinistro de DPVAT da natureza Acidente

da vítima Edvaldo João dos Santos, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Recebe Renda Mensal: R\$ Recebe

Documentos comprobatórios: Não possui

Raiana Dantas Sousa
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu Suelio Torres Brasil

RG n° 922.793, data de expedição 02/10/1966

Órgão SSP/RN, portador do CPF n° 022.179.244-20, no com

Domicílio na cidade de Garça D'Alva, no Estado de

Rio Grande, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

R. do Alto, n° 5, complemento coca

Declaro, sob as penas da Lei que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

Vítima Edivaldo José dos Santos

Cujo o condutor era

Veículo: Honda CG 225 Titan R3

Modelo: 2008

Ano: 2007

Placa: MXR2702 RDD

Chassi: 9C2TC3001R198325

Data do Acidente: 16/07/2016

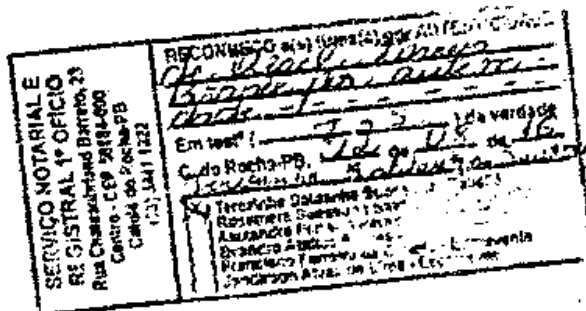
Local e data: Cidade de Garça D'Alva / 12/05/2016

Assinatura do Declarante: Suelio Torres Brasil

Edivaldo José dos Santos

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Declaração do proprietário do veículo



SELO DIGITAL - Lei Estadual PB nº 18.132/2013
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - RNS nº 070458
Comarca de Cachoeira do Rio Grande
A2R50366-KLGX
A autenticação deste documento é feita pelo sistema de registro eletrônico do cartório.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Garça D'Alva - RS
Rua Santa Helena, 100 - Fone: (51) 3333.1111

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu Ozael Torres Brasil

RG n° 987.793, data de expedição 02/10/1986

Órgão SSP/RV, portador do CPF n° 022.179.844-20, no com

Domicílio na cidade de João Dias, no Estado de

Rio Grande, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

9150 Alto, n° 8, complemento coca

Declaro, sob as penas da Lei que o veículo abaixo mencionado é (era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

Vítima Edivaldo José dos Santos

Cujo o condutor era _____

Veículo: Honda / CB 225 Titan R3

Modelo: 2008

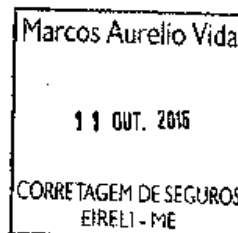
Ano: 2008

Placa: MXK 2707 / PD

Chassi: 9C2JC3001R148325

Data do Acidente: 18/07/2016

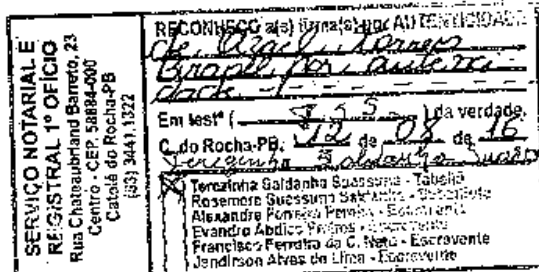
Local e data: Catolê do Rocha / 12/06/2016



Assinatura do Declarante Ozael Torres Brasil

Edivaldo José dos Santos

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do do sinistro)



SELLO DIGITAL - Lei Estadual-PB nº 10.132/2013
 CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - ENS nº 070458
 Comarca de Catolê do Rocha-PB
 Código do Selo ADR50366-KLGX
 A autenticação deste documento, poderá ser confirmada no site: <http://correcedora.tpb.jus.br/selo-digital/>

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
 Catolê do Rocha-PB
 Terezinha Saldanha Suassuna
 Tabela
 Rosemery Suassuna Saldanha





Declaração

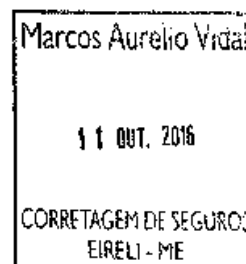
DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, RG 0957013540 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua: Quênia Ligia de Holanda Silva- Catolé do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar, por Dr. Ozaêiner Alves dos Santos – CRM/7682, no dia 18 de Julho de 2016. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

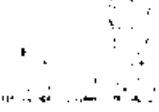
As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral
Mat. 189924-5

Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 22 de Julho de 2016.



	AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS HOSPITAL REGIONAL DR. SAÚDE SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA	GOVERNO PARAÍBA 27/09/2019

Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS, RG 0927013540 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua: Quênia Lúcia de Holanda Silva - Carlos do Rocha - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Oságnier Alves dos Santos - CRM 7682, no dia 18 de julho de 2016. Deu entrada na Unidade Emergência, vítima de acidente de motocicleta, foram feitos os primeiros procedimentos e permaneceu em observação. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatório, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Dr. Carlos do Rocha
 Diretor Geral
 27/09/2019

Dr. Carlos do Rocha
 Diretor Geral

Carlos do Rocha - PB, 22 de julho de 2016.



Entidade Prestadora de Atendimento

Código da Unidade: 2582460 CNPJ: 09.570.135/10
Nome: HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS
Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 349 Bairro: BATALHÃO
Município: CATOLÉ DO ROCHA Estado: PARAÍBA UF: PB

OK

Nome Social: Edivaldo José dos Santos Sexo: M Idade: 39

Profissão: Agente de limpeza Telefone: 99811111 Documento: 0957013510

Endereço: Rua do Rio de Janeiro, 100 Bairro: Parque

Município: Catolé do Rocha Estado: PB

Código IBSB Município: 2582460 CNPJ: 0957013510 UF: PB

Data de Nascimento: 05.11.1976 Data do Atendimento: 11.01.2016

Raça / Cor: Branco 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Admissão a exame físico (sumário)

Exames realizados na unidade (tipos)

Resultados

Cardiograma

1 01 - Eletro

1 02 - Urgência

1 03 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa

1 04 - Acidente no trajeto para o trabalho

1 05 - Outros tipos de acidente de trânsito

1 06 - Outros tipos de lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos

1 07 - Eletro

1 08 - Urgência

1 09 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa

1 10 - Acidente no trajeto para o trabalho

Marcos Aurelio Vidal

11 OUT. 2016

CORRIGIDA DE SEGURANÇA

Medicamentos e outros recursos

1. Medicamento 1 amp.

2. Medicamento 1 amp.

3. Medicamento 1 amp.

4. Medicamento 1 amp.

5. Medicamento 1 amp.

6. Medicamento 1 amp.

7. Medicamento 1 amp.

8. Medicamento 1 amp.

9. Medicamento 1 amp.

10. Medicamento 1 amp.

11. Medicamento 1 amp.

12. Medicamento 1 amp.

13. Medicamento 1 amp.

14. Medicamento 1 amp.

15. Medicamento 1 amp.

16. Medicamento 1 amp.

17. Medicamento 1 amp.

18. Medicamento 1 amp.

19. Medicamento 1 amp.

20. Medicamento 1 amp.

21. Medicamento 1 amp.

22. Medicamento 1 amp.

23. Medicamento 1 amp.

24. Medicamento 1 amp.

25. Medicamento 1 amp.

Assinatura do(a) Profissional (a) Assistente (s) - Carimbo

CNS

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável



RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

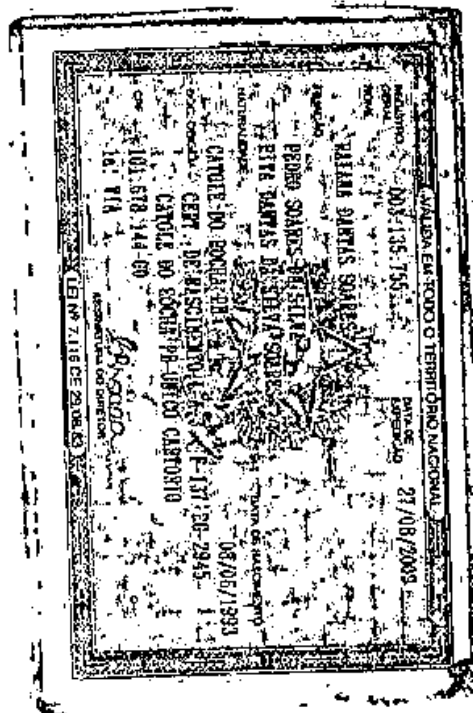
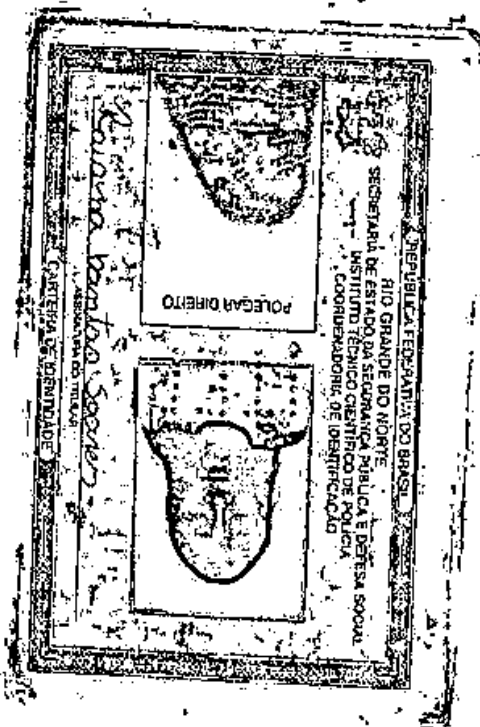
Name: _____

Left:

DATA	HORA	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
18/07/16	8:30	PCIEG B, com sutiã oventado, comunicantes (no microado, notícia de acidente de trânsito (colisão com animal) apresentando corte contuso na MIO e M.S.E na região da cintura. F. curativa na região do P.E. Niqui um bônus.	Dr. Carlos Aquino Silva CRM 154162 - ENF
19/07/16	06:00	Pat. de lesão do tórax, com cena de afilil, enigma para o diagnóstico por isso, segue em ob- servação.	Dr. Carlos Aquino Silva CRM 154162 - ENF
	13:00	Pat. de lesão do tórax, com cena de afilil, enigma para o diagnóstico por isso, segue em ob- servação.	Dr. Carlos Aquino Silva CRM 154162 - ENF

SINAIS VITAIS

[illegible]

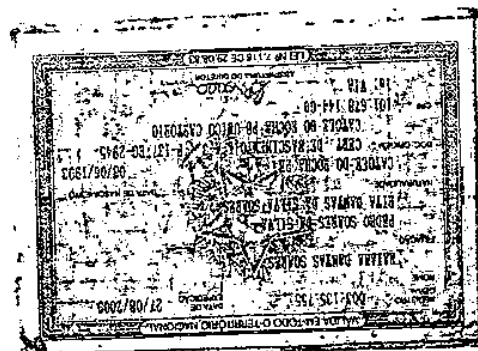
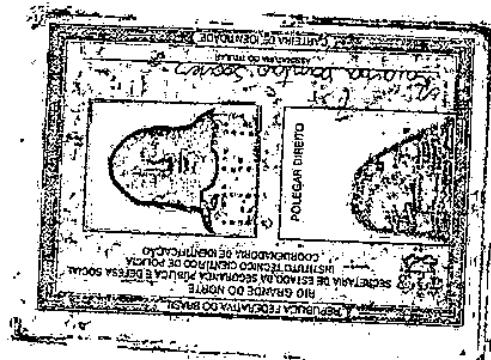


DOCUMENTO 3 '73%



Marcos Aurelio Vidal
11 OUT. 2016
CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME





Corretagem de Seguros
EIRELI - ME
11 OUT. 2015
Marcos Aurelio Vidal

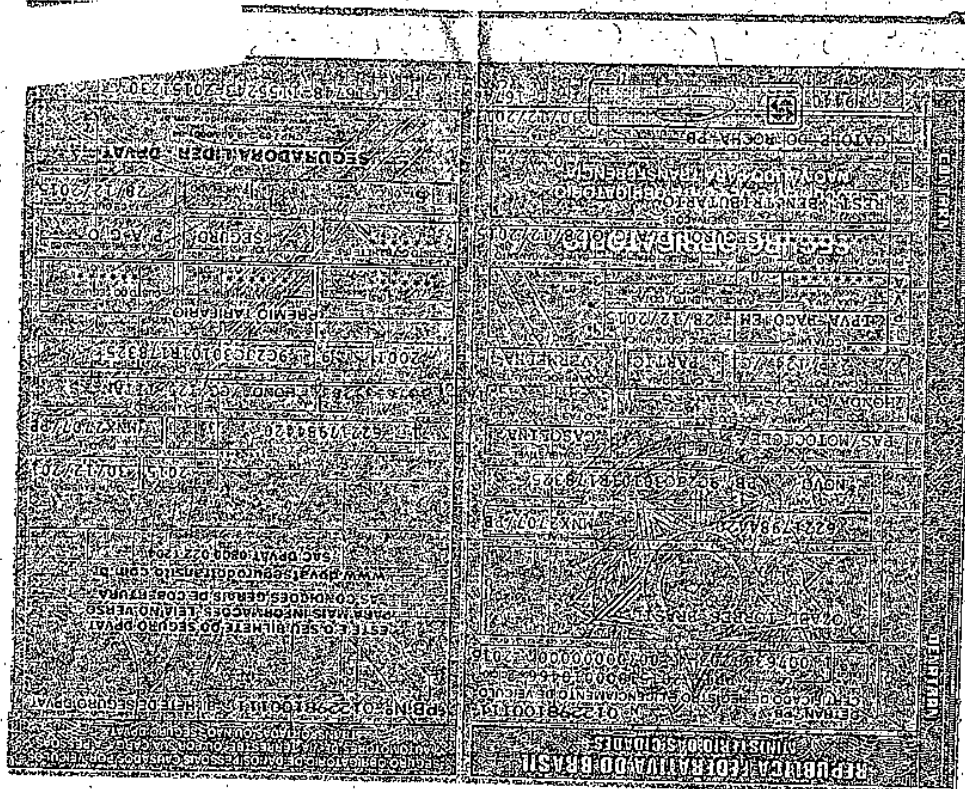


CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

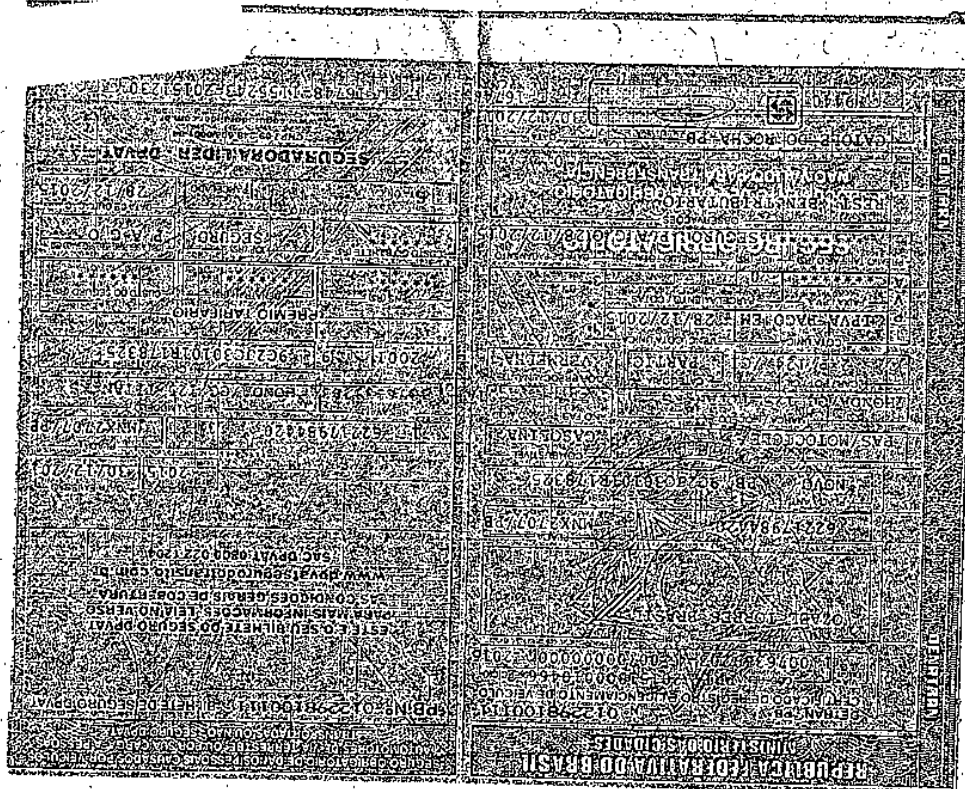
00000000000000000000000000000000

[illegible]


Marcos Aurelio Vidal
11 OUT. 2015
CORRETAGEM DE SEGUROS
ERRELI - ME



Marcos Aurelio Vidal
11 OUT. 2015
CORRETAGEM DE SEGUROS
ERRELI - ME



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0255144/19

Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

CPF: 977.925.945-72

CPF de: Próprio

Data do acidente: 18/07/2016

Titular do CPF: EDIVALDO JOSE DOS
SANTOS

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência

Comprovação de ato declaratório

Declaração de Inexistência de IML

Declaração do Proprietário do Veículo

Documentação médico-hospitalar

Documentos de identificação

DUT

Outros

RAIANA DANTAS SOARES : 101.678.144-00

Comprovante de residência

Declaração Circular SUSEP 445/12

Documentos de identificação

Procuração

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS : 977.925.945-72

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

OUTROS



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/07/2019
Nome: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS
CPF: 977.925.945-72

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 26/07/2019
Nome: Paulo Victor Soares Sant'Ana
CPF: 102.109.247-99

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Paulo Victor Soares Sant'Ana



Atraso na data do último documento

Justificativa – Nº ASL ou Processo

☒ ~~Aguardando status e/ou Erro sistêmico~~

☒ Solicitação 07

☐ Solicitação 06

☐ Caixa Redistribuição

☐ Atraso por consulta ao site da Receita Federal

☐ Outros

Data do recebimento (Relógio datador ou e-mail)	Data da ação (no SISDPVAT)
28.06	

R 3160620/30
↳ INVAÍDEZ

Nome: Alexandre Belfort



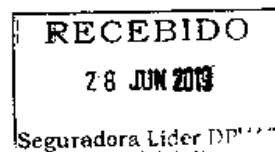
EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Nº DO SINISTRO: 3160620130

CPF: 977.925.945-72

RG: 0957013540

TEL: 79-99656-1411




DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR REFERENTE
AO SINISTRO ACIMA, SOLICITADA POR
ESTA SEGURADORA.

Edivaldo José dos Santos



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0255144/19

Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

CPF: 977.925.945-72

CPF de: Próprio

Data do acidente: 18/07/2016

Titular do CPF: EDIVALDO JOSE DOS
SANTOS

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência

Comprovação de ato declaratório

Declaração de Inexistência de IML

Declaração do Proprietário do Veículo

Documentação médico-hospitalar

Documentos de identificação

DUT

Outros

RAIANA DANTAS SOARES : 101.678.144-00

Comprovante de residência

Declaração Circular SUSEP 445/12

Documentos de identificação

Procuração

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS : 977.925.945-72

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

OUTROS



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/07/2019
Nome: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS
CPF: 977.925.945-72

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 26/07/2019
Nome: Paulo Victor Soares Sant'Ana
CPF: 102.109.247-99

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Paulo Victor Soares Sant'Ana



Atraso na data do último documento

Justificativa – Nº ASL ou Processo

☒ ~~Aguardando status e/ou Erro sistêmico~~

☒ Solicitação 07

☐ Solicitação 06

☐ Caixa Redistribuição

☐ Atraso por consulta ao site da Receita Federal

☐ Outros

Data do recebimento (Relógio datador ou e-mail)	Data da ação (no SISDPVAT)
28.06	

R 3160620/30
↳ INVAÍDEZ

Nome: Alexandre Belfort



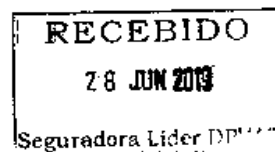
EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS

Nº DO SINISTRO: 3160620130

CPF: 977.925.945-72

RG: 0957013540

TEL: 79-99656-1411



DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR REFERENTE
AO SINISTRO ACIMA, SOLICITADA POR
ESTA SEGURADORA.

Edivaldo José dos Santos



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190449111 **Cidade:** Catolé do Rocha **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS **Data do acidente:** 18/07/2016 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 09/08/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: LESÃO CORTO CONTUSO EM JOELHO DIREITO.
LESÃO CORTO CONTUSO EM MÃO ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA. P.04

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Nome do documento faltante:

Apontamento do Laudo do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190449111 **Cidade:** Catolé do Rocha **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS **Data do acidente:** 18/07/2016 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 09/08/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: LESÃO CORTO CONTUSO EM JOELHO DIREITO.
LESÃO CORTO CONTUSO EM MÃO ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA. P.04

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Nome do documento faltante:

Apontamento do Laudo do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Edvaldo José dos Santos, brasileiro(a),
estado civil casado, profissão Representante Vendedor CI RG nº
095.10135, CPF/ME nº 977.905.945-72 residente e domiciliado(a)
à Rua Flora Eugênia de Holanda Silva, Cidade de
Lotek do Rocha, Estado Pernambuco, CEP:
58884000, telefone _____

OUTORGADO: Maíra dos Santos Soares,
CNPJ/CPF 01.878.144-00
sob o nº 003.135.755, com endereço profissional à
Rua Euclides de Oliveira da Fonseca, na cidade de
Lotek do Rocha, Estado do Pernambuco

PODERES: Concede poderes especiais do outorgado para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder, Seguradoras conveniadas a Líder DPVAT e a Susep.
Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Marcos Aurelio Vidal

11 OUT. 2016

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Lotek do Rocha, PB, 12 de agosto de 2016

12º OFÍCIO

Selo Digital: ADT10378-HEJH
Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

RECONHEÇO a(s) firma(s) Edvaldo José dos Santos
Representante Vendedor da(s) Lotek do Rocha
Cidade de Lotek do Rocha, Estado de Pernambuco,
CPF nº 977.905.945-72, da veracidade.
() Celina Rodrigues de Paula - Titular
() Carlos Marques Bezerra - Escrevente

OUTORGANTE

Priscila Soares d Araújo
Escrevente

Carolina Rodrigues da Silva
Tribunal
Juiz de Direito do Juízo
Cível e Criminal
Escritório

PROCURAÇÃO



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Edivaldo José dos Santos brasileiro(a),
estado civil casado, profissão Representante Vendas CI RG nº
095.10135, CPF/MF nº 977.925.945-72 residente e domiciliado(a)
à Rua Nonia Regina d'Inglada Selvi, Cidade de
Lotus do Leão, Estado Pernambuco, CEP:
58884000, telefone _____

OUTORGADO: Maíra dos Santos Soares
CNPJ/CPF 101-878.124-00
sob o nº 003.135.755, com endereço profissional à
Rua Enio de Oliveira da Fonseca, na cidade de
Lotus do Leão, Estado do Pernambuco

PODERES: Concede poderes especiais do outorgado para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder, Seguradoras conveniadas a Líder DPVAT e a Susep.
Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Marcos Aurelio Vidal

11 OUT. 2016

CORRETAGEM DE SEGUROS
EIRELI - ME

Lotus do Leão, PE, 12 de agosto de 2016.

2º OFÍCIO

Selo Digital: **ADT10378 - HEJH**
Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

RECONHEÇO a(s) firma(s) Edivaldo José dos Santos
Edivaldo José dos Santos dou fe
à Rua Nonia Regina d'Inglada Selvi de 12 de 2016
em Lotus do Leão da cidade de Pernambuco
() Celina Rodrigues de Paula - Titular
() Carlos Marques Bezerra - Escrevente

OUTORGANTE

Priscila Soares d'Árdujo
Escrevente

Carla Marques Bezerra
Escrevente



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0255144/19

Vítima: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

CPF: 977.925.945-72

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 18/07/2016

Titular do CPF: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

RAIANA DANTAS SOARES : 101.678.144-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS : 977.925.945-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 26/07/2019
Nome: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS
CPF: 977.925.945-72

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 26/07/2019
Nome: Paulo Victor Soares Sant'Ana
CPF: 102.109.247-99

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Paulo Victor Soares Sant'Ana





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

M.O. An. Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC9943DA9D4



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 2/13



JUCERJA
Assinado Eletronicamente



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/09/2019 10:45:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092710452095300000024014929>

Número do documento: 19092710452095300000024014929

Num. 24814468 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/Diag n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso II: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017"; e/ou: "... Na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNOLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.275, de 28 de novembro de 2003:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interam n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014, seção 01, página 48;

Considerando que o fletimento da unidade por ele acquirida, conforme o disposto no § 1º do art.º de Regulamento para o Transporte Rodoviário de Pessoas Perigosas, deve ser a adequação das veículos e das equipamentos rodoviários destinados a este fim;

CARLOS AUGUSTO DE AZUVEDO

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 7, DE 11 JANEIRO, DE 2018

de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários.

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Intermetro n.º 16/2016, resolve:

A.R. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários

desenvolvido de Conservadores para Cargas e Cargas Conservadoras destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam nº 15, de 14 de janeiro de 2014, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.jcmto.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Divisão de Axiologia da Condição - Docof
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 3º andar - Rio Com-
m - 20.261-211 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam excluídos da Portaria Semetro n.º 16/2016 as Anexas A e D da Portaria.

PAULO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
29/12/20	- Ácidos policarboxílicos, ciclílicos ou cicloalifáticos, seus anídridos, halogênios, peróxidos e seus derivados	29/12/20	Ácidos Policarboxílicos, ciclílicos, cicloalifáticos ou cicloaromáticos, seus anídridos, halogênios, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		29/12/20.1	Interra de ácidos policarboxílicos ciclílicos
		29/12/20.15	Ciclohexanona de óxido
		29/12/20.50	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.ile.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001281012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

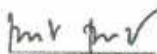
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 0000295803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

CATOLÉ DO ROCHA

1 de outubro de 2019

ELIZABETH CAMPOS DA SILVA VIEIRA



AR

PREENCHER COM LETRÁ DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Seguradora Líder dos Consórcios S.A.			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Rua Senador Cantos 74 5º andar Centro			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
20031-205	Rio de Janeiro RJ		Brasil
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI	
080/927.75.2019		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
SEGURADORA LÍDER			06 SET 2019
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
06 SET 2019			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		SIGNATURE DE L'AGENT	
RG: 13.121.710-00		Daniel L. Ramos Mat. 8.952.072-6	
PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JU 38131540 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

30 AGO. 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

2ª Vara Comarca Catolé do Rocha

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Av. Gen. Américo Maia, João Serafim

54-000 - Catolé do Rocha

CIDADE / LOCALITÉ

Católe do Rocha

PB

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

CATOLÉ DO ROCHA

21 de outubro de 2019

ELIZABETH CAMPOS DA SILVA VIEIRA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
SEGURODORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A			
ENDEREÇO / ADRESSE			
R. SENADOR DANTAS, 44,5 ANDAR, CENTRO			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS
	RIO DE JANEIRO RJ		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
080.1927-75.2019.8.15.0141		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 SEGURODORA LÍDER			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOMINABLE DU RÉCEPTEUR			
			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EMISSOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
RG: 12.410.536-2 Detran RJ		 Elizabeth Campos da Silva Vieira Matr. 8.313.775-0	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 11 SET. 2019	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT PB	

JU 38131696 4 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS

2ª Vara Comarca Catolé do Rocha
Forum Des. Joao Sergio Maia
Av. Dep. Américo Maia, João Serafim
58884-000 - Catolé do Rocha

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

5 8 8 9 4 - 0 0 0

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR





Poder Judiciário da Paraíba

2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58410-253

Número do Processo: 0801927-75.2019.8.15.0141

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Polo ativo: AUTOR: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que após realizado o pregão de costume, verificou-se a ausência da parte autora à perícia médica designada para o dia 18/10/2019.

CATOLÉ DO ROCHA, 21 de outubro de 2019
OSNI TORRES DE ARAUJO SEGUNDO



SENTENÇA

Nº do Processo: 0801927-75.2019.8.15.0141

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Trata-se de **Ação de Cobrança DPVAT** requerida por **EDIVALDO JOSÉ DOS SANTOS**, já qualificado nos autos, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro**, igualmente qualificada, ajuizada em razão dos fatos e fundamentos jurídicos alinhados na exordial, em suma aduz o Promovente que sofreu um acidente automobilístico no dia 18/07/2016, causando-lhe lesões indenizáveis pela Seguradora Promovida, requerendo o pagamento do teto legal da indenização. Juntou documentos e procuração.

Justiça gratuita deferida (ID 22604096).

Designada exame pericial (ID 24201961) a parte autora não compareceu ao mesmo, conforme certificado nos autos no (ID 25472228).

Devidamente citada, a Promovida apresentou peça contestatória tempestivamente (ID 24814458), pugnando pela total improcedência do pedido ante a inexistência de invalidez permanente.

Vieram-me os autos conclusos para sentença.

FUNDAMENTAÇÃO

Mérito

Nos termos do artigo 355, do Código de Processo Civil, é caso de conhecimento direto do pedido, com julgamento antecipado da lide, no estado em que se encontra, já que a questão de mérito é unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de novas provas.

Narra o Promovente que no dia 18/07/2016 fora vítima de um acidente automobilístico que lhe ocasionaram lesões físicas, não especificando quais lesões fora acometido, requerendo a complementação do pagamento até o teto.

Em sua contestação a Seguradora Promovida requereu a improcedência do feito ante a inexistência de invalidez permanente..

Designada exame pericial (ID 24201961) a parte autora não compareceu ao mesmo, conforme certificado nos autos no (ID 25472228).

Em matéria acidentária, a aprova pericial é fundamental para o estabelecimento do nexo causal entre o mal diagnosticado e a incapacidade apresentada, sendo que, o não comparecimento do autor à perícia médica, sem justificativa, implica na preclusão da prova.



Aliás, mister se faz destacar que o objeto da prova é o fato controvertido, relevante (influentes à solução da causa) e determinado (indicado no tempo e no espaço). Ademais, no exame das provas propostas pelas partes deve o magistrado sopesar a garantia do exercício do contraditório, de que é expressão o direito à prova e, ainda, a celeridade processual e a necessidade de formação segura do convencimento.

Não havendo a prova pericial dos danos físicos sofridos pelo autor, não se pode falar em reparação. Apesar de ter sido dada a oportunidade da realização da perícia, o autor não compareceu e nem justificou. Não se trata de matéria unicamente de direito. É também matéria de fato e o fato deve ser comprovado por quem o alega.

DISPOSITIVO

POSTO ISTO, e com base nas provas produzidas nos autos, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO**, o pedido formulado na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015.

Condeno o Promovente nas custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em R\$ 800,00 (oitocentos reais), com fulcro no art. 85, § 2º, do NCPC, ficando sobrestada a sua exigibilidade, em face da gratuidade processual concedida, na forma do art.98 do CPC.

Com o trânsito em julgado sem recurso, arquivem-se os autos, com as devidas baixas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Catolé do Rocha, data e assinatura eletrônica.

Andreia Silva Matos
Juíza de Direito em Substituição



PDF





EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE
CATOLÉ DO ROCHA-PB

Processo nº 0801927-75.2019.8.15.0141

Recorrente: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Recorrido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

EDIVALDO JOSE DOS SANTOS, já qualificado e habilitado por seus advogados abaixo assinado, nos autos em epígrafe, que move em face do Recorrente, inconformados com a r. decisão de Primeiro Grau, que julgou improcedente os pedidos na ação, vem a presença de V. Exa., nos arts. 1.009 e ss do Código de Processo Civil, **INTERPOR RECURSO DE APELAÇÃO**, oportunidade em que as razões do recurso encontram-se anexadas. Requer os Benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, nos termos da Lei 1060/50, alterada pela Lei nº 7.115/83, por serem pobres (conforme declarações em anexo) e não terem condições de custear as despesas processuais decorrente do preparo recursal, conforme declaração de pobreza acostada aos autos. Requerendo, ainda, seja recebida, processada, autuada e enviada à Instância Superior para conhecer do inconformismo da matéria em debate, tudo em com obediência ao procedimento processual adotado.

N. Termos,
P. deferimento.

Catolé do Rocha-PB, 11 de dezembro de 2019.

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO
OAB-PB nº 4.593

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO JÚNIOR
OAB-PB nº 17.617

DIÊGO MARTINS DINIZ
OAB-PB 19.185

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
h2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





Processo nº 0801927-75.2019.8.15.0141

Recorrente: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

Recorrido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

RAZÕES DO RECURSO

DOUTA JUNTA,
EMINENTE RELATOR:

I. DA PRELIMINAR: JUSTIÇA GRATUITA:

O Recorrente suplica pelos Benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, tendo juntado declaração, cuja pretensão não se limitou tão somente a Jurisdição de primeiro grau, mas também de segundo grau, prevendo o conhecimento da matéria pelo Grau Superior. Tal pretensão se agarra e fundamenta-se na Lei nº 1.060/50, alterada pela Lei nº 7.115/83, exigindo que os promoventes, não dispondo de recurso para pagamento de despesas (preparo do recurso) e custas judiciais, a simples declaração de estado de pobreza, feita de forma pessoal ou através de advogado legalmente constituído, basta à outorga dos benefícios da gratuidade da Justiça. Assim, tem-se que o requerimento formulado pelo Recorrente em primeiro Grau é extensivo também em segundo grau.

Portanto, o Recorrente pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita perante a Colenda Junta Recursal, eis que conforme acostado estar a declaração de Pobreza nos autos, não possuem

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
h2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





meios financeiros para custearem o preparos do presente recurso pelo que, requerem o acolhimento da preliminar argüida, com o deferimento da Justiça Gratuita.

II- DA SÍNTESE FÁTICA E DA DECISÃO DE 1º GRAU.

A presente ação de cobrança de seguro de DPVAT em face da Apelada, visando pagamento de seguro, direito este negado administrativamente de forma arbitrária, conforme faz prova nos autos.

A Douta Julgadora determinou realização de **perícia em 11/10/2018 (anexo ID 24114561)**.

Entretanto, o ato não foi possível, dada ausência de intimação do Apelante, vejamos:

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao presente mandado, deixei de intimar o autor Edivaldo José dos Santos, em virtude do mesmo não residir mais no endereço mencionado e conforme informação da sua ex-sogra Josefa Rosendo da Silva, não soube informar o seu atual endereço. O referido é verdade e dou fé.

Catolé do Rocha – PB, 06 de setembro de 2019.

(ID 24198958)

Em decorrência da ausência de intimação a perícia supra foi redesignada para o dia 18/10/2019, conforme ID 24201961.

Entretanto, novamente o Apelante não foi intimado, restando prejudicado o ato, dada a impossibilidade de seu comparecimento.

Ocorre que, data máxima vênia, ignorando a não intimação do Apelante o Juízo de piso proferiu sentença de improcedência, atribuindo responsabilidade ao Apelante pela não realização de perícia.

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
h2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





Ora, Doutos Julgadores, a parte mais interessada na realização do ato de perícia, certamente, é o Apelante que aguarda por longos 03 (três) anos por uma resposta judicial ao seu pleito, como poderia este provocar ou causar algum prejuízo processual, inclusive, em no seu principal meio de prova (perícia)?

A verdade, Excelências, é que o Apelante jamais foi intimidado de tal ato, tanto é verdade que a própria certidão nos autos e colacionada no recurso, comprova a veracidade do alegado.

Doutos Julgadores, data máxima vênha, não é crível que o Apelante tenha seu direito sobrestado por um erro que JAMAIS deu causa, bem como sobrestado seu principal meio de prova (expressamente requerido na exordial) que é a prova técnica (pericial).

Colenda Turma, como é cediço o contraditório se consubstancia no direito de ação e no direito de defesa, devendo os meios de produção de provas lícitas e cabíveis serem amplos e irrestritos, sob pena de nulidade processual.

Assim, data máxima vênha, o julgamento antecipado da presente lide, sem a observância do devido processo legal e do direito de defesa vai de encontro a princípios constitucionais, eivando o processo de vícios insanáveis.

III- DAS OMISSÕES E ERROS:

Colenda Turma, data máxima vênha, a r. sentença ignorou todas as provas acostadas e depoimentos colhidos, julgando improcedente o pleito autoral, quando na verdade, todas as provas colacionadas nos autos comprovam o direito vindicado.

O principal fundamento utilizado pelo Eminentíssimo Julgador em sua respeitável sentença para o julgamento de improcedência do pleito o de não comprovação da incapacidade por suposta ausência em perícia.

OCORRE QUE, data máxima vênha, em nenhum momento do caderno processual restou comprovado a intimação pessoal do Apelante para o ato da perícia do dia 18/10/2019.

Data máxima vênha, a respeitável sentença incidiu em erro e omissão a realização da efetiva intimação do Apelante para o ato, tampouco, proferiu despacho saneador oportunizando a produção de outros meios de prova, a exemplo da prova testemunhal, incidindo claramente em cerceamento de defesa.

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
h2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





Doutos Julgadores, data máxima vênia, a respeitável sentença não enfrentou os argumentos, fatos e documentos colacionados nos autos, entretanto, considerou verdadeira as alegações da Apelada, sem oportunizar produção de provas.

Assim sendo, Egrégio Tribunal, restou comprovado o prejuízo incalculável causado ao Apelante que além de ter seu direito líquido e certo negado pela Apelante, não teve obtido a resposta esperada da Justiça.

IV. DOS PEDIDOS.

Face o exposto, espera o Recorrente que a Egrégia Junta Recursal, dê provimento ao presente recurso, vez comprovado os vícios da r. sentença, requer a anulação da mesma com a determinação do retorno dos autos para retomada da marcha processual e que seja oportunizado a produção de provas por todos os meios legais e admitidos no Direito.

De forma subsidiária requer a reforma total da r. sentença para que seja o Recorrido seja condenado em indenização em favor da Recorrente nos moldes da exordial e dos inúmeros laudos e atestados anexados, para que finalmente seja feita JUSTIÇA!

Requer por fim, que o Recorrido seja condenado ao pagamento de **honorários sucumbenciais**, por ser de Direito.

N. Termos,
E. Provimento.
Catolé do Rocha-PB, 11 de dezembro de 2019.

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO
OAB-PB nº 4.593

HILDEBRANDO DINIZ ARAÚJO JÚNIOR
OAB-PB nº 17.617

DIÊGO MARTINS DINIZ
OAB-PB 19.185

CATOLÉ DO ROCHA/PB:
Rua Barão do Rio Branco, 763 – Centro
h2advocaciadiniz@gmail.com
(83) 3441-1936





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
2ª vara da comarca de catolé do rocha/pb

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801927-75.2019.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE AUTORA: EDIVALDO JOSE DOS SANTOS

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Intime-se o apelado para, no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões.

Em seguida, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba.

Catolé do Rocha, 3 de abril de 2020.

Fernanda de Araujo Paz
Juíza de Direito

